

ACEF/1112/15627 — Decisão de apresentação de pronúncia

Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao ciclo de estudos em funcionamento Gestão Aeronautica
2. conferente do grau de Licenciado
3. a ser leccionado na unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.) Instituto Superior De Educação E Ciências
4. a/o Universitas, Crl
5. decide: Apresentar pronúncia
6. Pronúncia (Português):

A CAE recomenda a não acreditação da Licenciatura em Gestão Aeronáutica. A Universitas/ISEC discordando em absoluto desta recomendação, apresenta uma análise detalhada na pronúncia enviada no ficheiro em anexo.

Referimos que a recomendação da CAE agora apresentada é CONTRÁRIA ao que foi oralmente apresentado no fim da visita, onde as debilidades agora usadas não tiveram tal acento tónico para o curso de Gestão Aeronáutica. Tal, em nosso entender, é INACEITÁVEL. Recordamos que a visita desta CAE incidiu na avaliação simultânea de 2 licenciaturas e um mestrado (áreas Gestão Aeronáutica e Gestão Autárquica), associado ao facto da ausência do Presidente da CAE durante a visita, terá certamente dificultado a tarefa da Comissão. Contudo a instituição é alheia a estes factos pelo que não poderão as conclusões da CAE serem infundadas ou confusas e lesivas para a instituição.

A recomendação, a CAE nem sequer considera a acreditação com condições, sendo que refere no processo que o exercício de auto-avaliação do ISEC tinha propostas pertinentes de melhoria, algumas das quais já em curso! Esta consideração não faz qualquer sentido se, pura e simplesmente, a intenção é não acreditar o curso.

Assim, estamos perante uma de duas situações:

(1) Após a visita, a CAE considerou que o curso não cumpre com os requisitos mínimos, e nesse caso, NÃO PODE DEIXAR DE COMUNICAR NO SEU RELATÓRIO ORAL ESSE FACTO POSSIBILITANDO ASSIM DE IMEDIATO O CONTRADITÓRIO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA INSTITUIÇÃO,

(2): a CAE conduziu a auditoria com a noção de que o curso cumpre os requisitos mínimos de qualidade (na análise do relatório de auto-avaliação e visita), mas mudou de opinião aquando da produção do seu relatório escrito. Neste caso a CAE não identifica debilidades diferentes daquelas que eventualmente, estivessem já contidas anteriormente. Mas mais. A CAE tece vários elogios ao curso no relatório escrito (p.f. ver anexo) que decorrem do contacto com os alunos e docentes, e portanto só podem resultar da visita ao ISEC. Também esta decisão é incompreensível neste outro contexto.

Em conclusão, estamos convictos de que esta análise pode ter sido confundida pela auditoria simultânea de 3 cursos em apenas 3 dias (o que se admite não ser tarefa fácil), esperamos uma decisão consistente quer com o implícito no relatório oral, quer sobretudo com as várias observações positivas efectuadas ao longo do relatório escrito da CAE. Acresce o facto de tal como demonstramos no anexo e referimos durante a visita a coordenação do curso e os responsáveis da instituição estão disponíveis para incorporar diferentes sugestões de melhoria sugeridas pela CAE.

Acresce o facto, do relatório de auto-avaliação apontar para uma consolidação de vários aspectos do

curso que garantem o cumprimento de todos os requisitos de qualidade num curto espaço de tempo, alguns dos quais estavam em implementação no momento da visita da CAE, tiveram a sua concordância, e que portanto não podem ser ignorados.

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 100kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

PRONÚNCIA SOBRE AS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO PRELIMINAR DA CAE

A CAE assenta a sua proposta de NÃO ACREDITAÇÃO do curso em 4 fundamentos:

- 1 – Os mecanismos de garantia de qualidade não estão, ainda, suficientemente consolidados para que não fiquem prejudicados os procedimentos relativos a objetivos da aprendizagem, coerência entre os conteúdos programáticos e os objetivos de cada unidade curricular e, ainda, da forma como os estudantes participam em atividades científicas.
- 2 – O corpo docente não cumpre nenhum dos requisitos legais. Não se assegura, por um lado, o regime de tempo integral (após a visita - 6 docentes em tempo integral, 36,7%, em vez dos 70% recomendados), e por outro lado, o número de doutores ou especialistas em tempo integral na área (após a visita é - 3 que equivale a 18,3%, em vez dos 35%). Adicionalmente, a maioria dos docentes não mantém uma ligação estável ao ciclo de estudos (apenas 42%). Nenhum dos responsáveis do ciclo de estudos possui o perfil adequado.
- 3 – Apesar da existência de procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos, a maioria revelou desconhecer o procedimento.
- 4 – Manifesta escassez de mobilidade e fraco fundo documental.

Manifestamos o nosso profundo desacordo com a apreciação feita, e detalhamos em seguida os nossos argumentos, fazendo referência aos pontos específicos do relatório preliminar da CAE. Não podemos deixar de mencionar e reforçar o facto de ser a primeira vez, nas apreciações pela A3ES, que o ISEC é confrontado com um relatório preliminar escrito que não só é totalmente contrário ao relatório oral apresentado pela CAE após a auditoria nas instalações do Instituto, como não é coerente no sentido em que a CAE, tecendo elogios muito significativos ao curso e à sua envolvente e concordando com várias das sugestões da coordenação no sentido de o melhorar, opta pela não acreditação sumária, em vez de uma acreditação com condições. Por este facto, entende o ISEC que este relatório preliminar é tão injusto quanto incoerente. Vejamos porquê:

1 – MECANISMOS DE QUALIDADE

A CAE entende que no âmbito do ciclo de estudos ficam prejudicados os processos relativos a:

- objectivos da aprendizagem e coerência entre os conteúdos programáticos e os objectivos de cada Unidade Curricular (UC);
- forma como os estudantes participam em atividades científicas.

Vejamos cada um destes aspectos em separado.

a) Objectivos de aprendizagem. Coerência entre objectivos e conteúdos das UCs

Esta crítica é feita pela CAE quanto à organização de algumas unidades curriculares (Ponto 6.2.6), incluindo as metodologias de ensino/aprendizagem (Ponto 6.3.5). Contudo, o Ponto 6.2.6 refere as debilidades na coerência entre conteúdos e objectivos de ALGUMAS UCs (e não de todas), mencionando precisamente aquelas disciplinas que o relatório de auto-avaliação tinha já identificado como susceptíveis de correcção, designadamente para evitar alguma sobreposição de conteúdos: Gestão de Marketing versus Marketing na Aviação Civil, por um lado, e Gestão Estratégica versus Gestão Estratégica na Aviação Civil (ver alínea 3 do Ponto 8.6.2 do relatório). O foco em estudos de caso nas disciplinas especificamente dedicadas à aviação civil justificou que, no entender da coordenação do curso, a eliminação da sobreposição de alguns conteúdos seria conseguida eliminando 2 das disciplinas, para dar lugar a uma outra disciplina de Projecto, igualmente identificada como elemento integrador de saberes necessário no final do curso. Isto mesmo foi explicado aquando da visita da CAE, que se mostrou satisfeita por termos feito essa identificação para correcção, como consta das nossas propostas de melhoria/correcção apresentadas (ver alíneas 3 e 4 do Ponto 9.6.2). Estas propostas de correcção são acolhidas pela CAE que, no ponto 6.2.8 recomenda “melhorar os mecanismos para assegurar a coordenação entre as unidades curriculares e os seus conteúdos, por forma a evitar sobreposição de conteúdos”. O exercício de auto-avaliação é a demonstração

de que tais mecanismos estão a funcionar no curso, no sentido em que a CAE se limita a concordar com a nossa sugestão de alteração.

Por outro lado, a este respeito vale a pena lembrar que na reunião que a CAE teve com a equipa responsável pelo ciclo de estudos, a única crítica aos conteúdos programáticos, para além destes casos identificados, foi apontada pelo Prof. Doutor Daniel Carrasco Díaz que achou que no conjunto das 3 disciplinas de Contabilidade e Controlo de Gestão (I, II, e III) haveria uma ênfase excessiva na Contabilidade em detrimento do Controlo de Gestão. A coordenação acolheu esta crítica, tendo-se disponibilizado para rever a operacionalização destas disciplinas.

b) Participação dos estudantes em actividades científicas

A CAE refere no Ponto 6.3.5 que “não é facilmente perceptível que as metodologias facilitem a participação dos estudantes em actividades científicas e/ou profissionais”. Como tal, a CAE recomenda no Ponto 6.3.7 que sejam incrementadas medidas que promovam a participação dos estudantes neste tipo de actividades. Ora, mais uma vez, é precisamente o que o ISEC propõe fazer e que decorre da sua análise SWOT (alínea 4 do Ponto 9.6.2). O recurso permanente, em muitas das disciplinas, a estudos de caso da indústria, apresentados pelos docentes que são especialistas e profundos conhecedores da aviação no terreno, aliado à introdução de uma unidade curricular final de Projecto no domínio da Gestão, aplicado a situações concretas nos vários domínios operacionais do Transporte Aéreo, permite uma melhor preparação dos alunos para o mercado de trabalho em aviação, potenciando simultaneamente projectos de investigação aplicada em estreita colaboração com os parceiros da indústria. Potencia igualmente a prossecução de estudos dos diplomados, não só para o Mestrado em Operações de Transporte Aéreo do ISEC, como para outros mestrados em aviação existentes na Europa.

Portanto, fica bem patente que esta é igualmente uma preocupação da coordenação do ciclo de estudos, e dos órgãos da Escola sendo certo que este processo está em marcha. Em conclusão neste primeiro ponto, não se percebe porque a CAE entende que os processos estão prejudicados, até porque no Ponto 2.1.4 entende ser um ponto forte do curso a existência de “uma estrutura organizacional coerente, com competências devidamente identificadas que contribui, na sua globalidade, para TODOS OS PROCESSOS ASSOCIADOS AO CICLO DE ESTUDOS”.

2 – CORPO DOCENTE

a) Coordenação de curso

Entende a CAE que nenhum dos responsáveis do ciclo de estudos possui o perfil adequado, pelo facto de que o requisito legal impõe que o coordenador do ciclo de estudos seja doutorado ou especialista em regime de tempo integral, especializado na área respectiva área de formação. Reconhece contudo que a experiência profissional é muito relevante na área, pelo que estamos perante um aspecto formal que o ISEC está a ultrapassar nos seguintes termos. O docente Eurico de Brito, tendo mostrado disponibilidade para tal, será integrado a tempo integral imediatamente. Contudo, e porque tem sido a política do ISEC apontar para contratos em regime integral exclusivamente a docentes doutorados ou especialistas, o Dr. Eurico de Brito iniciou já o seu processo de requerimento para prestação de provas públicas para o Título de Especialista. Neste sentido, o ISEC está em condições de garantir que antes do final do presente ano lectivo o responsável do ciclo de estudos cumprirá os requisitos legais.

Contudo, não podemos deixar de salientar que a CAE se agarra à ideia de que “ser especializado na área” é possuir um doutoramento em gestão, o que é perfeitamente compreensível. Porém, não pode ignorar a especificidade da área de Aviação Comercial/Transporte Aéreo no ensino superior em Portugal (porque é muito recente), e como tal não é exigível a existência de doutorados em Gestão da Aviação. A ilustrar o facto de que não é de todo linear que a coordenação dum curso desta natureza possa ser apenas assegurada por um doutorado em gestão sem experiência na área, refira-se o facto de que o coordenador Doutor Miguel Moreira (docente a tempo integral no ISEC desde 2004), apesar de ser

doutorado numa área totalmente distinta (Astrofísica), foi recentemente convidado pelo Prof. Doutor João Carvalho das Neves, Professor Catedrático do ISEG na área da Gestão Financeira para integrar uma CAE da A3ES para avaliação de uma proposta de um novo ciclo de estudos precisamente em Gestão da Aviação Comercial, de uma outra instituição de ensino superior. Precisamente porque se trata de uma área muito específica onde a base de gestão, que é central no curso, é permeada por inúmeros conteúdos que só quem conhece a aviação comercial e transporte aéreo pode entender ou avaliar. Este mesmo docente foi igualmente convidado no passado mês de Março pela Escola Superior de Turismo do Estoril para integrar um júri para provas de Especialista de um candidato com vasta experiência profissional no âmbito Transporte Aéreo e Turismo. Também recentemente este mesmo docente foi indicado pela própria A3ES, enquanto perito na área, para integrar um painel internacional de avaliação de ciclo de estudos em aviação da Irlanda. Para concluir, podemos acrescentar que o Doutor Miguel Moreira, fruto da parceria que o ISEC mantém de formação e qualificação de quadros médios no âmbito das estruturas aeroportuárias, tem assento no Conselho Científico da ANA-Aeroportos, que é presidido pelo Vice-Presidente da empresa.

Isto apenas para ilustrar que a especialização numa determinada área não se esgota na área do doutoramento. Aliás, nos dias de hoje, é cada vez mais claro que aqueles docentes que ficam amarrados à sua área de doutoramento, que por natureza é de banda muito estreita, vêem-se com dificuldades para evoluir no mercado de trabalho empresarial, isto é, fora do contexto académico. Em suma não podemos aceitar a afirmação da CAE “.. *Nenhum dos responsáveis do ciclo de estudos possui o perfil adequado.*” Portanto, sem relaxar os requisitos legais, a CAE devia em rigor elogiar a capacidade demonstrada pelo ISEC para atrair e integrar no seu corpo docente este tipo de docentes que asseguram a coordenação do ciclo de estudos em causa.

b) Tempo integral e número de doutores e especialistas

A CAE refere que o ciclo de estudos não assegura a percentagem recomendada de docentes em tempo integral bem como de doutores e especialistas. Sendo certo que este requisito ainda não é cumprido, o ISEC esperaria que este aspecto fosse precisamente uma condição imposta pela A3ES a cumprir num espaço de tempo relativamente curto, em linha com a análise SWOT do relatório de auto-avaliação que no Ponto 9.4.2 refere como proposta de melhoria a “Contratação de docentes doutorados ou especialistas a tempo integral”, com prioridade alta, mas também em linha com a proposta de melhoria da própria CAE, que refere no Ponto 4.1.11 “Reforçar o número de docentes em tempo integral e doutores ou especialistas na área do ciclo de estudos. Incentivar os docentes que reúnam as condições para especialistas a prestar provas de modo a obterem o respectivo título”. Ora, o esforço do ISEC neste sentido é bem patente pelo facto de no intervalo de apenas um ano lectivo ter duplicado o número de doutores em tempo integral no curso. Além disso, 2 dos especialistas estão a 75%, e outros 4 especialistas estão a 50%, pelo que o ISEC deverá passá-los a tempo integral antes do novo ano lectivo.

Acresce que, do total de 27 docentes, 11 (ou 41%) cumprem o requisito (temporariamente validado pela A3ES até 2014) de estarem reconhecidos como especialistas pelo Conselho Técnico-Científico, sendo que um docente já é formalmente especialista com título atribuído (Mestre Pedro Costa), um outro (Mestre Jorge Abrantes) prestará provas públicas para o efeito entre Abril e Maio, e outros dois (licenciados Eurico de Brito, e Rui Quadros) iniciaram os seus processos. Portanto, em número de docentes, o curso está perfeitamente defendido quanto à qualidade dos seus docentes enquanto especialistas, cuja maioria possui experiência profissional muito robusta.

c) Ligação à instituição

A CAE afirma que a maioria dos docentes não mantém uma ligação estável ao ciclo de estudos (apenas 42%). A Universitas/ISEC não entende como a CAE chega a esta conclusão. Aquando da visita ao ISEC, na reunião com a equipa responsável pelo ciclo de estudos, a CAE recebeu uma actualização da constituição do corpo docente, para comparação da actual situação em 2012/2013 face a 2011/2012, ano do relatório de auto-avaliação. Nesse documento, o ISEC teve o cuidado de identificar os 5 docentes novos envolvidos no ciclo de estudos em 2012/2013. São eles: Mestre Miguel Abrantes (substituindo o Mestre Alexandre

Gomes), Doutor António Rodrigues (substituindo o Doutor Júlio Dias, que faleceu), Doutora Cristina Ventura (substituindo o licenciado Luís Moreira), Mestre Ana Rita Seirôco (substituindo a doutoranda Alexandra Coutinho), e o Licenciado Comandante Carlos Leitão. Sendo o corpo docente composto por 27 docentes, isto significa que apenas 18,5% dos docentes são novos, o que implica que 81,5% dos docentes colaboram neste curso desde o seu início, em 2007. Portanto, a conclusão da CAE é um lapso grave.

3 – AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES

A CAE conduziu que o ISEC dispõe de procedimentos para avaliação da competência e do desempenho dos docentes do ciclo de estudos, mas que a maioria revelou desconhecer o procedimento. Esta conclusão é totalmente abusiva. A CAE visitou o ISEC a 2 ou 3 dias do Natal, já fora do período lectivo. A maioria dos docentes que puderam estar presentes (apenas 6, do número máximo de 8 que a A3ES entende que é suficiente) estão de facto em tempo parcial, mas é totalmente inadmissível que a CAE conclua que a maioria dos docentes do curso (25 no total) desconheça o procedimento. Acresce que os docentes do ciclo de estudos entregam anualmente, sem excepção e como de resto está previsto nos Estatutos do ISEC (*vide* art. 67.º do Estatutos - *Diário da República*, 2.ª série — N.º 238 — 10 de Dezembro de 2009) bem como nos procedimentos para avaliação do desempenho, o seu relatório de actividades que inclui as vertentes de docência, publicações científicas, participação em congressos, júris de provas, etc...

Adicionalmente, no Ponto 2.2.8 a CAE destaca como um dos pontos fortes a existência de um relatório de curso elaborado anualmente. Ora, como não podia deixar de ser, este relatório de curso é dado a conhecer a todos os docentes. Portanto, este aspecto relevado pela CAE, sendo meramente circunstancial, não pode em caso algum servir de critério para a decisão de não acreditação, sobretudo quando reconhece no Ponto 2.2.9 que “...De referir, contudo, que a Instituição possui um Regulamento e demonstrou muito interesse em materializá-lo tão breve quanto possível.” Mas esta “materialização” não significa que o procedimento não existe ou é desconhecido. Significa que o ISEC está muito focado em agilizá-lo e desenvolvê-lo de forma significativa.

4 – ESCASSEZ DE MOBILIDADE E FRACO FUNDO DOCUMENTAL

a) Escassez de mobilidade

Sendo certo que a mobilidade de estudantes e docentes é fortemente desejável, porque em si mesmo confere qualidade acrescida a qualquer curso, não se compreende que a CAE entenda isto como um requisito obrigatório para acreditação de um curso de licenciatura. Acresce que a CAE não só não quantifica a sua noção de “manifesta escassez de mobilidade”, como ignora que o curso foi recentemente criado, tendo o 3º ano do curso funcionado pela primeira vez em 2009/2010! Parece igualmente pretender ignorar o facto de que no presente ano lectivo tivemos os primeiros alunos Erasmus oriundos da Turquia, e fomos solicitados já por uma instituição da Estónia para o mesmo efeito para o próximo ano lectivo. No entanto, a CAE reconhece (Ponto 7.3.5) que o curso tem um índice de internacionalização de 12% (estudantes estrangeiros a estudar no ISEC). Portanto, o que a CAE parece entender como escassez de mobilidade é a inexistência de alunos portugueses do curso em programas Erasmus no estrangeiro. Contudo, num contexto de actuais enormes dificuldades financeiras das famílias portuguesas, a CAE não pode fazer a leitura de que a ausência de alunos portugueses no estrangeiro é uma debilidade do curso de Gestão Aeronáutica. Até porque reconhece que o ciclo de estudos estabeleceu e tem consolidada uma rede de parceiros nacionais e internacionais, incluindo o tecido empresarial e o sector público (Pontos 3.2.1 a 3.2.6), e nesse aspecto entende não haver nada a referir em termos de recomendações de melhoria (Ponto 3.2.7).

Quanto à mobilidade de Docentes, a CAE reconhece a formação especializada para executivos e a prestação de serviços que o ISEC oferece no âmbito Aviação no estrangeiro, designadamente em Angola através da Universidade de Belas (Pontos 7.3.5 e 7.3.6), o que contradiz de forma flagrante a sua afirmação no mesmo Ponto 7.3.5 de que “o nível de internacionalização é de ...0% para estudantes nacionais e docentes”. Reconhecendo como ponto forte do curso (Ponto 7.3.6) a diversidade formativa do ISEC na área Aviação e a consequente prestação de serviços em Portugal e Angola, a CAE recomenda no Ponto 7.3.7 que seja

incentivada a mobilidade de docentes e estudantes, aproveitando as parcerias. Ora, sendo certo que esse tem sido o rumo assumido pela coordenação do curso, a nossa instituição não compreende como é possível fazer isso sem que o curso seja acreditado pela A3ES

b) Fundo documental

Em nenhum ponto do relatório preliminar a CAE faz referência explícita ou fundamenta o que entende por “fraco fundo documental”, e portanto é inaceitável que coloque esta conclusão como uma das razões para a não acreditação do ciclo de estudos. Da visita que a CAE fez à Biblioteca, que a coordenação de curso acompanhou, destacamos o facto de ter sido perguntado à funcionária o volume total de obras existentes no ISEC, tendo a CAE entendido que o volume de cerca de 14 mil obras era um número razoável. A CAE não questionou sobre o volume de obras no âmbito exclusivo da Aviação Comercial, que aqui adiantamos ser de cerca de 280 obras, sem contar com as obras do domínio da Gestão. Assim sendo, não podemos de forma alguma concordar com a noção de “fraco fundo documental”, quando em simultâneo tem o ISEC em funcionamento um Mestrado em Operações de Transporte Aéreo (com uma base de disciplinas de Gestão) que está ACREDITADO por 5 anos SEM CONDIÇÕES

Em suma, nos termos em que é formulada, a crítica da CAE quanto à mobilidade e fraco fundo documental não nos parece fazer qualquer sentido.

OUTROS PONTOS DO RELATÓRIO QUE MERECEM UM COMENTÁRIO BREVE

1) Caracterização dos estudantes

Ponto 5.1.5 (Recomendações de melhoria)

A CAE sugere a introdução/incremento de medidas que fomentem a atractividade do curso, sobretudo quanto aos estudantes mais jovens provenientes do ensino secundário. O ISEC concorda com esta visão, tal como referido no relatório de auto-avaliação na alínea 3 do Ponto 9.5.1. Mas, seguramente, tal é impossível se o curso não for acreditado.

Ponto 5.2.6

A CAE afirma que “os resultados dos inquéritos de satisfação dos estudantes mais para melhorar os horários dos exames e calendarizações de actividades e menos para o processo de ensino e aprendizagem”. Esta afirmação é totalmente absurda, e o ISEC não entende como a CAE chega a esta conclusão. No ciclo de estudos em apreço, a coordenação de curso pode elencar um conjunto de medidas adoptadas na sequência dos inquéritos aos alunos (onde se incluem reuniões presenciais dos alunos para expor as questões ao coordenador), que vão desde queixa formal dos alunos pelo facto de um professor (que já não colabora com o ISEC) não ter cumprido o Regulamento de Avaliação Contínua, como introdução de melhorias e agilização da avaliação contínua em determinadas unidades curriculares. Nunca os inquéritos serviram alguma vez para ajustar horários de exames, uma vez que tal questão nunca se colocou.

2) Organização das UCs e metodologias de ensino/aprendizagem

Ponto 6.2.6

A CAE entende que existem algumas debilidades (mais não diz quais) entre a adequação do perfil do docente e os conteúdos programáticos nas unidades curriculares de Seminário de Aeronáutica 1 (leccionada por docente licenciado em Arquitetura), e Gestão de Recursos Humanos em Aviação Civil (leccionada por docente licenciado em Design). Quanto a este ponto, o ISEC não pode deixar de notar que a CAE parece

ignorar propositadamente o percurso profissional dos docentes em causa, percurso esse bem patente nas Fichas de Docente que constam do processo, o que consideramos lamentável.

Vejamos: o docente de Seminário de Aeronáutica 1 (Licenciado de facto em Arquitectura) é Comandante Sénior da TAP, com mais de 30 anos de experiência como Piloto de Linha Aérea, tem assento desde 2007 no Advisory Board da European Aviation Safety Agency, entidade que tutela toda a Aviação Civil na Europa, com força de Lei; é desde 2008 consultor da Eurocontrol, entidade que tutela a Navegação e Controlo de Tráfego Aéreo no espaço europeu com força de Lei, sendo considerado um Eurocontrol Airport Capacity Enhancement Expert; é o CEO de uma empresa portuguesa de consultoria para a aviação; fez vários estudos de design e de viabilidade económica de aeroportos para a ANA-Aeroportos, e desde 2007 é instrutor de voo da Airbus para a frota A330/ A340. Acresce que é doutorando no ISEG/ Universidade Técnica de Lisboa em Gestão de Operações de Voo desde 2012.

Refira-se ainda que, conforme consta da Ficha desta unidade curricular, vários convidados da indústria participam nos seminários trazendo a sua experiência para a sala de aula, o que significa que parte das temáticas são abordadas numa perspectiva de dar a conhecer a realidade das empresas/ entidades do sector. Ou seja, numa disciplina de tipo seminário, o papel do docente responsável é também o de coordenar as várias temáticas e a forma como os eventuais convidados possam contribuir para as mesmas.

Que debilidades vê a CAE neste percurso profissional que impeçam o docente de lidar com os conteúdos da disciplina? O que será preciso mais para que a CAE entenda que na realidade é difícil imaginar perfil melhor para assegurar esta disciplina?

Quanto à docente de Gestão de Recursos Humanos: esclareça-se que a docente a que se refere a CAE (Licenciada Alexandra Franco, que está fora em doutoramento), sendo a responsável pela disciplina, foi substituída em 2012/2013 pela Mestre Ana Rita Seirôco, cuja Ficha foi entregue à CAE durante a visita. Esta docente é Mestre em Gestão de Recursos Humanos - Análise Organizacional e Licenciada em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Lusíada. Portanto, o ISEC, uma vez mais, não entende o reparo da CAE

Mas a docente Alexandra Coutinho, como responsável da disciplina que sempre foi, é doutoranda em Psicologia Social, tendo pós-graduações em Marketing e Comunicação, e das maiores especialistas em Portugal no domínio dos factores humanos no contexto da Segurança da Aviação, estando neste momento nessa mesma qualidade no Instituto Nacional de Aviação Civil. Além disso, como mais uma vez mostra a sua Ficha de Docente, é formadora e consultora certificada pela IATA (International Air Transport Association) em Crew Resource Management, é auditora certificada IOSA (IATA Operational Safety Audit), tendo um percurso de 15 anos na TAP Portugal como Tripulante de Cabine e coordenadora de CRM. Portanto, não é legítimo ignorar o seu percurso profissional, e considerar que o perfil de docente não é adequado à disciplina em causa.

Por último, a CAE refere algumas divergências entre o corpo docente indicado e alguns docentes responsáveis de cada UC. Apresentadas as alterações pontuais ao corpo docente, o caso a que a CAE se refere foi devidamente esclarecido aquando da visita ao ISEC. Trata-se da Mestre Rita Sousa Uva, docente regente das UCs de Direito Aéreo I e II que, em 2012-2013 começou um doutoramento na Universidade de Leiden. Trata-se de uma dinâmica formativa perfeitamente normal e desejável no ensino superior e portanto não se entende a preocupação da CAE, que faz questão de referir que a mobilidade de docentes é fundamental. Também o é para este efeito!

Ponto 6.3.5

A CAE refere a existência de graves debilidades nas referências bibliográficas das UCs de Seminário de Aeronáutica I e II, e de Aeronaves.

Em primeiro lugar uma unidade curricular de tipo seminário não requer necessariamente a indicação estanque de referências bibliográficas. De facto, a UC de seminário II refere explicitamente que a disciplina consiste na preparação de um relatório e de uma apresentação pública de um tema escolhido pelo aluno, sem prejuízo de poder haver sugestão de temas pelo docente responsável. Mais. No caso de Seminário I, onde participam convidados da indústria, a escolha das temáticas a abordar evolui todos os anos, pelo que não faz sentido fixar um conjunto de referências bibliográficas. Exemplo: em 2009/2010, esta UC foi inteiramente dedicada a questões muito actuais do foro ambiental (Aviação e Ambiente). No presente ano lectivo, a UC de seminário II foi dominada por trabalhos sobre Companhias e Aeroportos Low-Cost. Não se trata de uma debilidade. É propositadamente que se indica que anualmente o docente indica as referências, consoante as temáticas em discussão.

Quanto à UC de Aeronaves: neste caso, a questão é diferente. Não existem propriamente livros que descrevam tecnicamente os sistemas complexos das aeronaves e os procedimentos operacionais em torno deles (operação, manutenção, reparação e /ou substituição de componentes) em linguagem acessível para não engenheiros aeronáuticos, electroaviónicos, ou mecânicos. São sempre demasiado técnicos para formandos da área da gestão, que não possuem bases para entender estes sistemas. E como tal, a consulta destas obras não é de todo eficaz ou sequer recomendada num curso de gestão. O que faz sentido é apresentar de forma perceptível, e a um nível aceitável, toda a complexidade de uma aeronave moderna por quem está muito treinado a fazê-lo para gestores do sector aviação. Ora, o docente Fernando Noronha, engenheiro mecânico de base, mas como uma extensa experiência superior a 20 anos como Director de Aeronavegabilidade, de Formação, e ainda Director de Engenharia e Qualidade da Portugália Airlines, TAP, e Jet Republic, opta por conduzir os alunos nestas temáticas através dos seus apontamentos. Mas não nos enganemos: os “powerpoint” referidos pela CAE são documentos com mais de 600 páginas/slides, pelo que não podem ser entendidos como uma fraca ferramenta bibliográfica.

CONCLUSÃO

A Universitas/ ISEC verificam que a CAE reconhece muitos pontos fortes do curso (orientado para um sector específico de actividade económica, estrutura organizacional coerente, elevada taxa de empregabilidade, satisfação dos alunos, parcerias consolidadas, prestação de serviços, instalações adequadas, potencial para actividades científicas dos alunos aproveitando parcerias), incluindo um corpo docente motivado e muito experiente em aviação que apresenta produção científica significativa.

Verificando ainda que a CAE está muito de acordo com as propostas de melhoria que resultam da auto-avaliação do curso e sugere algumas outras, pelo que ficou acima exposto a Universitas/ ISEC só pode esperar deste processo uma alteração da proposta de não acreditação.